



MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO
FABRÍCIO MOTTA
LUCIANO DE ARAÚJO FERRAZ

SERVIDORES PÚBLICOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

3ª Edição



© 2011 by Editora Atlas S.A.

As edições anteriores (1. ed. 2011; 2. ed. 2014) traziam o título:
Servidores públicos na Constituição de 1988; 3. ed. 2015

Capa: Leandro Guerra
Composição: Luciano Bernardino de Assis

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Di Pietro, Maria Sylvia Zanella

Servidores públicos na Constituição Federal /
Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Fabrício Motta, Luciano de Araújo Ferraz
– 3. ed. – São Paulo : Atlas, 2015.

Bibliografia.
ISBN 978-85-97-00224-9

1. Administração pública – Brasil 2. Brasil – Constituição (1988)
3. Brasil – Servidores públicos 4. Direito administrativo
5. Direito constitucional I. Motta, Fabrício.
II. Ferraz, Luciano de Araújo. III. Título.

11-05034
CDU-35.08:342 (81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Serviços públicos : princípios constitucionais :
Direito administrativo 35.08:342 (81)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total
ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos
direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br



Sumário

Nota introdutória xi

1 Servidores públicos (*Maria Sylvia Zanella Di Pietro*) 1

1.1 Terminologia 1

1.2 Agentes públicos 2

1.2.1 Agentes políticos 3

1.2.2 Servidores públicos 5

1.2.3 Militares 10

1.2.4 Particulares em colaboração com o Poder Público 13

2 Cargos, empregos e funções públicas (*Fabício Motta*) 15

2.1 Funções de confiança e cargos em comissão: semelhanças e diferenças 19

2.1.1 Chefia, direção ou assessoramento 21

2.1.2 Distinção entre cargos em comissão e funções de confiança 22

3 Concurso público (*Fabício Motta*) 27

3.1 A ampla acessibilidade 27

3.2 Concurso público, democracia e processo administrativo 29

3.2.1 Princípio da isonomia 32

3.2.2 Contraditório e ampla defesa 34

3.2.3 Moralidade 36

3.2.4 Motivação 38

3.2.5 Legalidade 40

- 3.2.6 Vinculação ao Edital 43
- 3.2.7 Razoabilidade e proporcionalidade 45
- 3.2.8 Publicidade 49
- 3.3 Concurso público de provas ou de provas e títulos 50
- 3.4 Fixação do prazo de validade do certame 51
- 3.5 Prorrogação do prazo de validade e discricionariedade 52
- 3.6 O dever de nomeação e o direito dos candidatos aprovados 54
- 3.7 Planejamento do concurso público: requisito para a máxima efetividade do direito fundamental 60
- 3.8 Cadastro de reserva e respeito ao direito à nomeação 62
- 3.9 A proteção constitucional às pessoas portadoras de deficiência 66
 - 3.9.1 A reserva de vagas nos concursos públicos como ação afirmativa 67
 - 3.9.2 Caracterização da deficiência e definição de “portador de deficiência” 67
 - 3.9.3 Compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo 69
 - 3.9.4 O direito subjetivo à reserva e o cálculo do número de vagas 69
- 4 Provimento e investidura dos cargos públicos na Constituição e na legislação (Maria Sylvia Zanella Di Pietro) 75**
 - 4.1 Provimento e investidura 75
 - 4.2 Provimento originário e derivado 76
 - 4.3 Provimento efetivo, vitalício e em comissão 79
 - 4.4 Provimento derivado e reestruturação de cargos e carreiras 81
- 5 Contratação temporária por excepcional interesse público (Fabrício Motta) 87**
 - 5.1 Lei autorizadora 87
 - 5.2 Temporariedade 88
 - 5.3 Excepcionalidade do interesse público 90
 - 5.4 Regime jurídico 92
- 6 Acumulação de cargos, empregos, funções e proventos (Fabrício Motta e Luciano Ferraz) 95**
 - 6.1 Natureza do cargo 97
 - 6.2 Compatibilidade de horários 102
 - 6.3 Acumulação e remuneração 104
- 7 Regime remuneratório dos servidores públicos – fixação e revisão da remuneração (Luciano Ferraz) 111**
 - 7.1 Fixação e alteração de remuneração e subsídio 112
 - 7.2 Revisão geral anual 115

- 8 Isonomia remuneratória** (*Luciano Ferraz*) 117
- 8.1 Necessidade de verificação das atribuições dos cargos 118
- 9 Vinculação ou equiparação de vencimentos** (*Luciano Ferraz*) 121
- 9.1 Vinculações e equiparações na visão da jurisprudência 123
- 9.2 Desvio de função 124
- 10 Acréscimos pecuniários** (*Luciano Ferraz*) 127
- 11 Teto remuneratório** (*Luciano Ferraz*) 131
- 11.1 Teto na redação originária da Constituição de 1988 131
- 11.2 Teto na Emenda Constitucional nº 19/1998 133
- 11.3 Teto na Emenda Constitucional nº 41/2003 134
- 11.4 Fato remuneratório na Emenda Constitucional nº 41/2003: posições do STF 136
- 11.5 Teto e empresas estatais 138
- 11.6 Teto remuneratório e a exclusão de indenizações 139
- 11.7 Teto remuneratório e procuradores municipais 141
- 11.8 Teto remuneratório no caso de acumulação lícita de cargos, empregos e funções públicas, proventos e pensões 142
- 11.9 Teto remuneratório incidente nas cessões de servidores públicos de um ente para o outro 144
- 12 Irredutibilidade de vencimentos** (*Luciano Ferraz*) 145
- 12.1 Conceito jurídico de irredutibilidade 146
- 12.2 Irredutibilidade e direito adquirido 147
- 13 Estabilidade do servidor público** (*Maria Sylvia Zanella Di Pietro*) 149
- 13.1 Escorço histórico: a evolução da estabilidade do servidor público no direito brasileiro 150
- 13.2 A estabilidade na Constituição de 1988 152
- 13.2.1 As alterações trazidas pela Emenda Constitucional nº 19/1998 152
- 13.3 Conceito de estabilidade 153
- 13.4 Razão de ser do instituto 155
- 13.5 Requisitos para aquisição da estabilidade 156
- 13.5.1 Nomeação mediante concurso público 156
- 13.5.2 Nomeação para cargo de provimento efetivo 157
- 13.5.3 Três anos de efetivo exercício 159
- 13.5.4 Avaliação especial de desempenho 163

- 13.6 Hipóteses de perda do cargo 164
 - 13.6.1 Sentença judicial transitada em julgado 164
 - 13.6.2 Processo administrativo em que seja assegurada ampla defesa 164
 - 13.6.3 Procedimento de avaliação periódica de desempenho 165
 - 13.6.4 Excesso de despesa com pessoal 165
- 13.7 A garantia da estabilidade para os servidores efetivos que exerçam atividades exclusivas de Estado 166
 - 13.7.1 A atividade exclusiva de Estado como limite à atuação do particular 168
 - 13.7.2 Definição de atividades exclusivas de Estado 169
- 13.8 Reintegração 172
 - 13.8.1 Direito do servidor estável 172
 - 13.8.2 Direitos do eventual ocupante do cargo 173
- 13.9 Disponibilidade 174
- 13.10 Estabilidade excepcional 175
 - 13.10.1 Constituições anteriores 176
 - 13.10.2 Destinatários da norma 176
 - 13.10.3 Estabilidade e não efetividade 178
 - 13.10.4 Concurso para efetivação 179
 - 13.10.5 Requisito de tempo de serviço 180
 - 13.10.6 Servidores não beneficiados pela estabilidade excepcional 181
 - 13.10.7 O artigo 18 do ADCT 183

14 Aposentadoria dos servidores públicos efetivos e pensão dos seus dependentes (*Maria Sylvia Zanella Di Pietro*) 185

- 14.1 Aposentados e pensão 185
- 14.2 Regime previdenciário 186
- 14.3 Princípios da reforma previdenciária 187
- 14.4 Regimes previdenciários diferenciados 190
- 14.5 Modalidades de aposentadoria 196
 - 14.5.1 Servidor já aposentado ou que complementou os requisitos para aposentadoria voluntária até a publicação da Emenda Constitucional nº 41/2003 204
 - 14.5.2 Servidor que ingressou após a Emenda Constitucional nº 41/2003 204
 - 14.5.3 Servidor que ingressou antes da Emenda Constitucional nº 20/1998 206
 - 14.5.4 Servidor que ingressou no serviço público antes da Emenda Constitucional nº 41/2003 208
- 14.6 Valor dos proventos de aposentadoria e pensões 210
- 14.7 Disposições transitórias 214
- 14.8 Previdência complementar 218
- 14.9 Contagem de tempo para aposentadoria 221

15 A cassação de aposentadoria após a instituição do regime previdenciário do servidor (<i>Maria Sylvia Zanella Di Pietro</i>)	223
15.1 A cassação de aposentadoria no direito positivo	223
15.2 Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	224
15.3 Da resistência à extinção da cassação de aposentadoria	226
15.4 Termo inicial da instituição do regime previdenciário do servidor	231
15.5 Conclusão: incompatibilidade da cassação de aposentadoria com o regime previdenciário do servidor	233
Referências bibliográficas	235